

Por Ricardo Recchi (\*)



Até pouco tempo, para obter respostas rápidas a questões legais e regulamentares, os departamentos jurídicos precisavam recorrer a uma extensa base de documentos compilada ao longo dos anos, tornando as pesquisas manuais demoradas e improdutivas. Com o avanço da Inteligência Artificial Generativa, a rotina do setor vem se transformando digitalmente, reduzindo significativamente os tempos de busca e análise de informações.

Um levantamento global conduzido pela consultoria internacional [Secretariat](#), em parceria com a ACEDS (Association of Certified E-Discovery Specialists), revela o avanço consistente da adoção de Inteligência Artificial no setor jurídico. Segundo o relatório publicado em março de 2025, 80% dos profissionais da área já se consideram familiarizados com ferramentas de IA, e 74% esperam utilizar essas soluções em suas rotinas nos próximos 12 meses.

Entre os principais benefícios trazidos por essa tecnologia, podemos destacar o papel dos assistentes de IA como verdadeiros colaboradores do setor. Ao facilitar a extração de dados da base de documentos em linguagem natural, esses sistemas são capazes de responder dúvidas frequentes de profissionais, reduzindo a carga de trabalho dos especialistas. Além disso, os assistentes contribuem para a pesquisa jurídica ao localizar jurisprudências relevantes com base no caso em análise, resumir precedentes, sugerir argumentos similares já utilizados e classificar decisões por tipo de tribunal, tese, probabilidade de sucesso.

Outro ponto é que, sem o uso de assistentes, a rotina jurídica em muitas empresas exige que os colaboradores façam manualmente a triagem de todas as demandas que chegam por e-mail, formulários internos ou sistemas de chamada. Neste aspecto, o uso da IA permite que os sistemas sejam integrados aos canais de entrada de solicitações, podendo identificar, analisar e segmentar os casos automaticamente, separando dúvidas simples ou consultas recorrentes - que ele mesmo pode responder com base em documentos e regras pré-aprovadas, daquelas que de fato exigem

atuação jurídica especializada.

Além disso, o assistente acompanha os casos em tempo real, registra o histórico e atualiza os solicitantes sobre o andamento, liberando a equipe jurídica para focar no que realmente demanda análise estratégica e interpretação legal.

Enquanto isso, os agentes de IA, que operam com maior grau de autonomia, conseguem ler contratos automaticamente e destacar cláusulas críticas, identificar riscos contratuais com base em parâmetros definidos pelo escritório, além de atuar na gestão de tarefas ao se integrar a calendários jurídicos, alertando sobre prazos processuais, automatizando notificações internas e até mesmo redigindo despachos simples ou respostas padronizadas.

Para contar com todos os benefícios dessas soluções, assim como preservar dados confidenciais, as empresas têm a possibilidade de desenvolverem seus próprios assistentes jurídicos com integração direta a provedores de LLM (Large Language Model) e suas bases jurídicas.

Mais do que utilizar instâncias públicas, como o ChatGPT, para automatizar parte do trabalho do departamento jurídico, essas soluções contam com autenticação segura, dashboards analíticos para controle de uso, recursos multilíngues e mecanismos de rastreabilidade que asseguram conformidade com políticas de compliance. Dessa forma, as equipes jurídicas ganham um ambiente seguro, adaptado aos seus fluxos internos e capaz de operar em escala global, independentemente do idioma dos documentos originais.

Mas, mesmo com um horizonte cheio de possibilidades, existe uma percepção de que a adoção de soluções de IA precisam enfrentar barreiras como orçamentos restritos e a complexidade de integração com sistemas legados.

Para superar esses desafios, as plataformas especializadas em IA Generativa, que possuem estruturas completas de serviços, frameworks e componentes de IA corporativa, suportam a adoção de assistentes e agentes de maneira ágil, eficiente e independente de modelos e fornecedores.

Essas soluções, projetadas para acelerar a criação e a implantação de soluções baseadas em IA Generativa, PLN (Processamento de Linguagem Natural) e Machine Learning, oferecem integração robusta com ambientes corporativos complexos, proporcionando uma aceleração significativa no tempo de implementação, assim como considera a segurança e a privacidade dos dados em sua manipulação e processamento. Outro atributo é a eficiência e a precisão no processamento de grandes quantidades de documentação sem comprometer o desempenho, permitindo escalabilidade e atualização da base de documentos de forma contínua.

O uso da Inteligência Artificial no Direito, portanto, não é apenas uma tendência: é uma mudança de paradigma. Ao incorporar tecnologias que aliam inteligência, automação e governança, o setor jurídico se posiciona de forma mais estratégica, preparada para enfrentar os desafios da Transformação Digital, sem abrir mão da segurança, da ética e da responsabilidade na aplicação da lei.

(\*) **Ricardo Recchi** é regional manager Brasil-Portugal da GeneXus, empresa especializada em plataformas Enterprise Low-Code que simplificam o desenvolvimento e a evolução de softwares por meio da Inteligência Artificial.

**Fonte:** Image, em 18.08.2025